

## **Manifesto em apoio à produção e consumo de florestas plantadas, com responsabilidade ambiental, social e econômica.**

O Fórum Florestal Mineiro, integrante do Diálogo Florestal Nacional, é uma iniciativa que reúne empresas do setor florestal e organizações ambientalistas, com objetivo de construir visão comum entre esses setores, que leve a ações economicamente viáveis e aumente a escala dos esforços para conservação do meio ambiente natural, gerando benefícios tangíveis para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral.

O cultivo de florestas plantadas no Brasil e, especialmente, no estado de Minas Gerais, representa a base de diversas cadeias produtivas e tem significativa representatividade na economia, abrangendo principalmente as indústrias de ferro e aço, papel e celulose, chapas, painéis, móveis e outros produtos madeireiros. As atividades de base florestal representam 4% do PIB e 8% das exportações brasileiras, gerando mais de 4,7 milhões de empregos diretos e indiretos, o que demonstra elevada capacidade de geração de desenvolvimento social e econômico.

O cultivo de florestas plantadas também tem forte relação com a matriz energética nacional. O consumo de lenha e de carvão vegetal representa 33% da matriz energética de Minas Gerais e 12% da matriz brasileira, participação similar ao uso de energia hidrelétrica e aos diversos usos energéticos da cana-de-açúcar, que representam, respectivamente, 14,9% e 15,9% da matriz nacional. Tudo isso coloca em evidência o papel das florestas plantadas na mitigação das mudanças climáticas.

As condições de solo e clima no Brasil favorecem o cultivo de florestas plantadas e contribuem para desenvolvimento de diversos setores da economia. O país tem grande disponibilidade de terras degradadas e sub-utilizadas, que podem ser destinadas para expansão dos plantios sem necessidade de desmatamento. Aliadas a essas condições favoráveis, as atividades de pesquisa e desenvolvimento conduzidas por diversas empresas e universidades dotaram o país da mais avançada tecnologia de produção de madeira, com clones de alta produtividade que possibilitam reduzir ainda mais a área demandada e o uso de outros recursos naturais.

Há ainda que se ressaltar, que dentro das boas práticas desenvolvidas por empresas do setor, estão ações organizadas de proteção à biodiversidade, através da preservação de ambientes florestais nativos, seja como unidades de conservação reconhecidas pelo poder público ou áreas integrantes dos mosaicos de plantios.

Apesar dessas vantagens, o Brasil e outros países em desenvolvimento têm experimentado déficits crescentes de madeira de florestas plantadas, evidenciando a escassez de fontes renováveis e sustentáveis. Além das evidentes perdas econômicas, a

persistência do déficit de madeira de florestas plantadas, conhecido como “apagão florestal”, agrava ainda mais a situação socioambiental do país, na medida em que essa escassez pode resultar em:

1. Aumento da pressão pelo desmatamento das florestas nativas, gerando emissões de gases de efeito estufa, prejudicando a biodiversidade e criando incentivos perversos para práticas ilegais e ineficientes de carvoejamento.

2. Aumento das emissões de gases de efeito estufa, devido ao crescimento da participação de combustíveis fósseis na matriz energética brasileira, como carvão mineral e derivados de petróleo, que poderiam ser substituídos complementarmente, pelo uso de biomassa renovável, proveniente de madeira de florestas plantadas, como por exemplo, em processos de aquecimento em caldeiras, geração de energia elétrica em usinas térmicas movidas a biomassa e, especialmente, no uso de carvão vegetal renovável na siderurgia.

A ausência, por outro lado, de práticas sustentáveis de produção e consumo de madeira em Minas Gerais, no Brasil e em diversos países gerou graves impactos socioambientais negativos em escala local, regional e global, sobretudo no que se refere ao desmatamento de florestas nativas. Além de danos tangíveis ao meio ambiente e à sociedade, práticas insustentáveis contribuem também para prejudicar a imagem do setor, o que é agravado pela carência de um diálogo sistematizado entre as empresas e outros agentes da sociedade civil.

No entanto, a sociedade brasileira tem desenvolvido, já há bastante tempo, diversos critérios socioambientais, inclusive por meio da legislação aplicável, que permitem que a produção e o consumo de madeira ocorram de modo sustentável, em diversas escalas. Já existem muitos bons exemplos nos quais os impactos positivos se destacam significativamente e os negativos são adequadamente mitigados. Isso se torna ainda mais evidente quando a atividade é comparada com outros setores ou ao uso de fontes fósseis de energia. Por isso, é fundamental que o debate sobre a sustentabilidade do setor seja incrementado e que evolua de uma maneira equilibrada, tendo como referência critérios específicos e amplamente discutidos.

Se por um lado, a sociedade civil organizada tem o dever de criticar condutas empresariais que desrespeitem o princípio da responsabilidade, é igualmente importante que reconheça a relevância ambiental, social e econômica dos plantios florestais e também os casos em que as boas práticas prevaleçam. Em um contexto democrático, não se pode deixar que a imagem daqueles que buscam o caminho do desenvolvimento responsável seja prejudicada por aqueles que não se orientam por esses valores. O risco maior de omissão nesse sentido é de se desencorajar mudanças necessárias nos padrões de produção e consumo, dificultando ainda mais a adoção das melhores práticas de desenvolvimento ambiental, social e econômico.

Nesse contexto e visando orientar a evolução do debate sobre a responsabilidade na produção e consumo de produtos florestais, o Fórum Florestal Mineiro vem a público para:

1. **Manifestar** apoio e comprometimento para com as boas práticas de plantio florestal, em suas diversas escalas, que incluem o respeito à legislação vigente, o gerenciamento e mitigação dos impactos na biodiversidade e recursos hídricos, a implantação ou manutenção de corredores de florestas nativas intercalados com os plantios homogêneos, a transparência de informações e o engajamento participativo das empresas com as comunidades locais.
2. **Reconhecer** que a superação dos desafios enfrentados pelo setor, a viabilização e a difusão das boas práticas de cultivo de florestas plantadas e a realização dos potenciais benefícios associados ao uso da biomassa de florestas plantadas como fonte de energia limpa dependem significativamente da implantação das seguintes medidas, as quais apoiamos:
  - Coibição por meio de mecanismos legais e mecanismos de mercado, de produção e consumo de madeira e carvão vegetal proveniente de florestas nativas, que contribuem para degradação ambiental
  - Aprimoramento do marco regulatório e formulação de políticas públicas e mecanismos de avaliação das atividades de silvicultura, de maneira coerente com o tratamento dado às demais práticas sócio-econômicas que dependem do uso da terra, como as diversas culturas agrícolas, agroenergéticas e a agropecuária.
  - Reformulação e ampliação dos mecanismos públicos e privados de fomento e financiamento, com o objetivo de facilitar e aumentar a oferta de crédito, em conformidade com a dinâmica de longo prazo, típica de empreendimentos florestais responsáveis, tanto para florestas plantadas quanto para florestas nativas.
  - Incentivo à utilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e de demais instrumentos do mercado de carbono como fonte adicional de recursos para estimular a utilização de madeira e carvão vegetal renovável, proveniente de florestas plantadas, como biocombustíveis capazes de substituir fontes fósseis ou não renováveis de energia na produção siderúrgica, bem como para a implantação de medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa ao longo das diversas cadeias produtivas baseadas na silvicultura, de maneira integrada às políticas públicas de financiamento ao setor.
  - Inclusão dos plantios florestais como fonte de biocombustíveis sólidos (lenha e carvão vegetal), líquidos (alcatrão) e gasosos (biogás) nas políticas públicas de energia, mudanças climáticas, biodiversidade, desenvolvimento agrário e industrial, e na agenda institucional da presidência da República.
  - Promoção do engajamento das entidades da sociedade civil organizada, de representantes dos pequenos produtores silviculturais, dos setores industriais e do governo num diálogo franco, aberto e pró-ativo para soluções economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente equilibradas para o futuro dos plantios florestais no Brasil, como fonte renovável de matéria prima e energia.

- Divulgação dos mecanismos de gestão socioambiental adequados às atividades de plantio florestal, promovendo a sensibilização de todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva, inclusive os diversos tipos de consumidores.
  - Incentivo às iniciativas de certificação ambiental como instrumento gerencial para a implantação de melhorias contínuas das condições sociais, ambientais e econômicas dos empreendimentos florestais no Brasil, e como instrumento de valorização de critérios de sustentabilidade pelos diversos consumidores envolvidos nas cadeias produtivas.
  - Respeito à legislação florestal vigente, nos níveis federal e estadual, especialmente no que se refere à manutenção dos parâmetros e aspectos fundamentais relativos às áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal ora vigentes, dispositivos que eventualmente poderão ser melhor regulamentados para facilitar seu entendimento e aplicação, garantindo-se a não redução dos serviços ambientais que proporcionam à sociedade.
  - Conceitos de área de preservação permanente (APP) e reserva legal ora vigentes, permissão para uso de APPs em atividades de baixo impacto ambiental e soma das mesmas à área de reserva legal de pequenas propriedades, normas que eventualmente poderão ser melhor regulamentadas para facilitar seu entendimento e aplicação sem modificar aspectos fundamentais dessas áreas ou reduzir benefícios ambientais que proporcionam à sociedade.
3. **Ressaltar** a importância do Fórum Florestal Mineiro como um espaço para a construção, manutenção e consolidação de um diálogo pró-ativo para gerar resultados positivos, na implementação de plantios florestais ambientalmente, socialmente e economicamente responsáveis.

Belo Horizonte, 03 de Dezembro de 2009.

Associação Mineira de Defesa Ambiente - Amda  
 Associação Mineira de Silvicultura - AMS  
 Conservação Internacional - CI  
 Fundação Biodiversitas  
 Instituto Bioatlântica  
 Instituto Hóu  
 Valor Natural  
 Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri  
 Plantar SA  
 Siderpa LTDA  
 Arcelor Mittal Florestas  
 Siderúrgica Alterosa SA  
 Celulose Nipo-Brasileira S/A - Cenibra